Art. 3.º Que o artigo 4.º passe a ter a seguinte redacção:

Art. 4.º O pessoal instrutor e administrativo da Escola de Metralhadoras Pesadas será o seguinte: Comandante, major ou capitão de infantaria.

Adjunto, subalterno de infantaria.

Provisor, subalterno de administração militar ou na sua falta um subalterno de infantaria.

Instrutores de metralhadoras pesadas e ligeiras, tantos capitães ou subalternos quanto o número de instruendos dividido por 16, por cada uma.

Fiel do depósito do material, um segundo sargento.

Encarregados do rancho, dois sargentos.

Amannenses, um sargento ou primeiro cabo.

Monitores, um sargento por cada 16 instruendos.

Artigo 4.º Que ao artigo 6.º seja acrescentado o parágrafo 3.º seguinte:

§ 3.º Pode ser abonada a dinheiro, equivalente à ração normal de víveres, aos oficiais e praças que tenham família na sede de Lisboa.

Artigo 5.º Que ao artigo 8.º seja acrescentado o parágrafo único seguinte:

§ único. É autorizado o pessoal instrutor e instruendo a usar fatos de ganga durante os tempos de instrução e em recintos fechados.

Artigo 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1920.— ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA — *João Estêvão Aguas*.

Por ter saído com incorrecções, novamente se publica o seguinte:

Portaria n.º 2:299

Tendo a prática demonstrado a conveniência de modificar algumas disposições do regulamento aprovado por portaria n.º 1:147, de 24 de Novembro de 1917, que fixa as normas a seguir na execução do decreto n.º 3:471, de 20 de Outubro do mesmo ano:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Guerra, aprovar e pôr em execução o regulamento de assistência aos militares tuberculosos.

Paços do Governo da República, 1 de Junho de 1920.— O Ministro da Guerra, *João Estêvão Aguas*.

Regulamento de assistência aos militares tuberculosos

Artigo 1.º A Comissão a que se refere o artigo 5.º do decreto n.º 3:471, de 20 de Outubro de 1917, denominar-se há Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos (C. A. M. T.), à qual ficam competindo os correspondentes serviços técnicos e administrativos, executando-os nos termos do presente regulamento.

Art. 2.º A Comissão continuará a ser constituída pelo pessoal já nomeado, devendo o oficial superior médico dirigir a secção técnica, e o oficial superior proveniente do serviço de administração militar a secção administrativa.

Art. 3.º O serviço das secções será auxiliado por:

a) Dois oficiais subalternos ou capitães, pertencendo um ao serviço de administração militar e outro ao quadro auxiliar do serviço de saúde, aquele desempenhando o cargo de tesoureiro e secretário do conselho administrativo, e o último o de secretário da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos e do arquivo;

b) Dois amanuenses, cabos ou sargentos de qualquer arma ou serviço;

c) Duas praças de pré reformadas, desempenhando o cargo de serventes.

Art. 4.º Se no decorrer da execução dos serviços de

que trata este regulamento a Comissão reconhecer que é muito reduzido o quadro do pessoal permanente designado no artigo 3.º e suas alíneas, submeterá ao Ministério da Guerra proposta justificativa para que seja devidamente aumentado.

Art. 5.º A Comissão, para maior facilidade e regularidade dos serviços administrativos, constituirá um conselho administrativo, nos termos do artigo 1.º da organização e funcionamento dos conselhos administrativos (*Ordem do Exército* n.º 18, de 1911), sendo a seguinte a sua composição: presidente, o oficial superior proveniente do serviço de administração militar; vogal, um dos oficiais agregados à Comissão; tesoureiro, um oficial subalterno ou capitão do quadro do serviço de administração militar.

Quando por falta de oficiais não seja possível constituir conselho administrativo será a parte administrativa exercida sómente pelo oficial superior da secção administrativa.

Atribuições da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos

Art. 6.º À Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos compete estudar e propor as medidas necessárias para atenuar quanto possível a precária situação dos militares que contrairam a tuberculose ou agravaram as suas lesões devido às constantes fadigas a que estiveram expostos durante o serviço militar, quer em França quer no ultramar ou na metrópole, grande parte dos quais, por insuficiente documentação ou outros motivos estranhos à vontade dos affectados, não foram considerados nas condições legais para a concessão das pensões de reforma.

Art. 7.º Promover o concurso ou auxilio de quaisquer entidades ou corporações oficiais ou particulares no sentido da maior utilidade para o fim em vista.

Art. 8.º Tais militares, sendo verdadeiros mutilados orgânicos, muito precisam de dispor dos meios pecuniários indispensáveis para fazerem face à alimentação especial de que carecem, para aquisição de medicamentos, e muitas vezes de consultas médicas, a fim de os restituir à vida de trabalho.

Art. 9.º Terão direito à assistência por parte da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos os militares tuberculosos em serviço activo, na reserva, com vencimentos ou reformados e ainda os licenciados que se tenham tuberculizado ou agravado a sua doença durante o serviço militar, percebendo ou não vencimentos de reforma.

Art. 10.º A Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos exerce a sua acção pelos seguintes meios:

a) Fazendo tratar e internar em estabelecimentos sanatoriais apropriados os militares com direito a tratamento clínico pelas disposições legais em vigor.

b) Propor pensões mensais (não excedendo 60\$ para oficiais e 40\$ para praças de pré) aos militares que, estando nas condições da alínea anterior, não possam ou por qualquer motivo estranho à vontade dos interessados não devam ser hospitalizados ou internados em sanatórios.

A importância desta pensão será fixada em harmonia com as condições económicas e mórbidas do doente, tendo em atenção a localidade onde reside.

c) Aos militares a que se refere a última parte do artigo 8.º, aos quais só muito presumivelmente se pode reconhecer que a sua tuberculose foi adquirida ou agravada durante o serviço militar, mas que não estão rigorosamente nos precisos termos da lei para lhes ser concedida a pensão de reforma, terão direito à assistência pelas formas prescritas nas alíneas anteriores, como já o estabelece o artigo 1.º e seus parágrafos do decreto n.º 2:471, de 20 de Outubro de 1917.

d) Os restantes militares tuberculosos, reconhecidos portadores desta afecção pelas juntas médico-militares, tendo direito à assistência pública pelo Estado, serão recomendados pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos às autoridades civis competentes, regulando com tais autoridades a melhor e mais prática forma de lhes ser prestada a assistência clínica de que careçam, desde que tais doentes não possuam suficientes recursos próprios.

Art. 11.º A pensão a que se refere a alínea b) do artigo anterior só será abonada quando a doença tenha sido reconhecida por uma junta médico-militar a que o doente tenha sido presente nos termos da lei vigente, e confirmada a doença por uma junta médica especial, da qual farão parte médicos militares do activo, da reserva ou reformados, à qual serão presentes por indicação da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos; de cada uma destas juntas deve, sempre que seja possível, fazer parte, pelo menos, um clínico especializado no diagnóstico da tuberculose ou ser-lhe presente um relatório elaborado por um clínico autorizado que cultive a especialidade.

§ 1.º A pensão só será arbitrada aos doentes que não tenham recursos próprios para se tratar ou os meios de subsistência necessários, nem possuam condições físicas para obter pelo seu trabalho os recursos para o tratamento de que carecem.

§ 2.º A pensão só será mantida enquanto o doente necessitar de socorros ou não puder ser internado em estabelecimento ou sanatório apropriado.

Art. 12.º Deixam de ter direito à pensão total ou parcial:

- a) Os julgados curados;
- b) Os que forem internados em estabelecimentos hospitalares ou sanatório militar ou civil;
- c) Os que venham a obter recursos necessários para a sua subsistência e tratamento, podendo, conforme o caso, ser anulada ou reduzida a pensão proporcionalmente aos recursos obtidos;
- d) Os que não observem as prescrições clínicas aconselhadas, ou quando dêem outro destino, diferente do que lhes fôr prescrito, a quaisquer recursos pecuniários ou outros, facultados pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos.

Art. 13.º São motivos de preferência para a hospitalização ou sanatorização, ou ainda para o estabelecimento de pensões:

- a) Os mais necessitados e em estado mais grave;
- b) Os tuberculizados em campanha, quer em França, quer no ultramar;
- c) Os tuberculizados durante o serviço militar no ultramar;
- d) Os tuberculizados durante o serviço militar na metrópole.

Aquisição de fundos

Art. 14.º Os fundos necessários para fazer face às despesas, nos termos do decreto n.º 3:471, de 20 de Outubro de 1917, serão constituídos:

- a) Pela importância já inscrita no orçamento do Ministério da Guerra de 1919-1920, capítulo 2.º, artigo 28.º, «Assistência aos militares tuberculosos»;
- b) Pela importância de quaisquer donativos legados ou doações particulares;
- c) Pela importância que anualmente fôr inscrita no orçamento do Ministério da Guerra, segundo menciona o aludido decreto.

Art. 15.º A Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos compete:

- a) Receber e administrar os fundos destinados à assistência aos tuberculosos do exército;
- b) Exercer a maior e mais assídua vigilância, quer por intermédio dos oficiais que compõem a comissão,

quer solicitando informações das autoridades administrativas militares ou civis, afim de evitar quanto possível que os doentes ou suas famílias utilizem as pensões para fins diferentes daqueles a que são destinados;

c) Propor ao Ministério da Guerra tudo que julgar necessário, não só para os pensionistas terem no seu domicílio o devido tratamento e cuidados de enfermagem, como também para se coibirem todos os abusos que na utilização das pensões possam ser prejudiciais aos próprios pensionistas, às suas famílias e à população civil ou militar que com eles conviva, e ainda ao Estado;

d) Apresentar a despacho ministerial, devidamente instruídos e com os precisos esclarecimentos e detalhes, todos os requerimentos que pelas respectivas autoridades militares lhe sejam enviados, solicitando pensões, e ainda dos que forem organizados e sejam reconhecidos em condições pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos;

e) Distribuir mensalmente aos pensionistas a pensão que lhes competir;

f) Elaborar anualmente um relatório, referido a 31 de Dezembro, sobre o movimento geral dos pensionistas desse ano, e bem assim todas as providências tomadas ou a tomar para ser assegurada uma persistente protecção ao pensionista, quer no que respeita a tratamento, quer nas prescrições a seguir para evitar contágio e disseminação da tuberculose. Esse relatório será enviado à repartição competente do Ministério da Guerra.

§ único. Esta comissão, no desempenho do serviço que lhe compete, poderá corresponder-se directamente com todas as autoridades civis e militares.

Vigilância dos doentes

Art. 16.º O serviço de vigilância dos doentes pensionistas será exercido fora de Lisboa por intermédio do pessoal dos corpos, unidades, estabelecimentos militares, autoridades militares e civis mais próximas da residência do pensionista, ou directamente por um delegado da comissão em casos excepcionais, julgados necessários pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos.

Art. 17.º O pessoal estranho à Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, encarregado desta vigilância, será designado pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos e requisitado ao Ministério respectivo.

Art. 18.º Se os encarregados da vigilância dos pensionistas verificarem que as prescrições clínicas não são acatadas, comunicarão o facto à Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, que procederá como fôr justo, propondo mesmo a suspensão da pensão. Igual procedimento poderá ser adoptado quando se verifique que as pessoas encarregadas da enfermagem do doente não têm para com ele a atenção e cuidados devidos. Neste caso, diligenciará a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos que o doente seja internado em hospital ou sanatório especial, mesmo civil, se outras circunstâncias atendíveis se não opuserem. Nos hospitais ou sanatórios civis será exercida igual vigilância por parte da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos.

Art. 19.º Quando a Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos necessite proceder a estudos ou trabalhos que exijam conhecimentos técnicos, ou outras circunstâncias especiais, poderão ser agregados temporariamente oficiais do activo, da reserva ou reformados, ou mesmo entidades civis, apresentando superiormente a respectiva proposta.

Art. 20.º Os oficiais designados no artigo 2.º deste regulamento poderão ser do activo, da reserva ou reformados, devendo o destinado à parte administrativa ser proveniente do serviço de administração militar.

Art. 21.º Os oficiais da reserva ou reformados em serviço nesta Comissão ficam incursos no § 1.º do artigo 5.º do decreto n.º 5:570, de 10 de Maio de 1919, para efeito de vencimentos.

Secção Técnica de Assistência aos Militares Tuberculosos

Art. 22.º A esta Secção compete especialmente:

a) Organizar e ter em dia o cadastro de todos os tuberculosos, quer fazendo parte efectiva do exército, quer reconhecidos portadores desta doença pelas juntas médicas a que tenham sido presentes para efeitos militares;

b) Promover que sejam adoptadas as medidas profiláticas, higiénicas e terapêuticas tendentes a evitar a difusão do mal, sobretudo no exército;

c) Adoptar as medidas necessárias para que sejam devida e convenientemente tratados os militares tuberculosos ou prestar outra forma de assistência a todos que tenham direito a este beneficio e careçam de tal auxílio, indicando para cada um a forma de tratamento ou assistência a prestar-lhe;

d) Superintender tecnicamente no serviço médico dos sanatórios administrados pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos;

e) Elaborar a estatística completa e detalhada da tuberculose no exército e bem assim o relatório anual dos trabalhos da secção;

f) Fiscalizar, sob o ponto de vista técnico, a utilização de recursos facultados aos doentes pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos e bem assim a aplicação de medidas propostas pela Secção, sobretudo pelas famílias dos militares a quem for concedida assistência;

g) Organizar os processos, colhendo todos os esclarecimentos técnicos, julgados necessários para reconhecer o direito que porventura tenham, e qual a forma de assistência a prestar aos que requererem, ou por sua iniciativa a Secção verifique poderem ter direito à assistência;

h) Informar todos os processos depois de conclusos pela Secção e juntas as informações e documentos fornecidos pela Secção Administrativa, a fim de, para resolução definitiva, serem presentes a despacho ministerial;

i) Relacionar os trabalhos da Secção com os da Assistência Nacional aos Tuberculosos, de modo a promover-se uma acção de conjunto dando e recebendo auxílio comum aos dois organismos;

Art. 23.º Os documentos que devem fazer parte do processo para a concessão da assistência aos militares tuberculosos são:

a) Requerimento do interessado dirigido ao Ministro da Guerra, ou proposta ou informação da Secção Técnica da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos julgando o interessado com direito à assistência;

b) Original ou cópia autêntica do mapa da junta médico-militar que o julgou incapaz do serviço por tuberculose; ou, estando ainda em serviço efectivo, atestado do official médico da unidade ou estabelecimento militar em que prestar serviço provando que o interessado sofre da tuberculose em qualquer grau ou com qualquer localização;

c) Nota de assentos passada pela unidade a que pertence ou pertencia o interessado quando foi julgado incapaz do serviço, onde será lançada a informação do comando ou chefe respectivo;

d) Mapa ou relatório duma junta de selecção a que tiver sido presente, a qual será previamente designada pela Secção Técnica da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos;

e) Atestados, informações ou quaisquer outros documentos solicitados ou sancionados pela Secção Administrativa da Comissão de Assistências aos Militares Tu-

berculosos, dos quais conste a situação económica do interessado, bens materiais ou quaisquer rendimentos, salários ou vencimentos auferidos ou pagos, quer pelo Estado, quer por quaisquer corporações ou entidades particulares ou civis, sob qualquer título, ou provenientes do seu trabalho. Igualmente serão solicitadas pela Secção Administrativa todas as informações respeitantes a profissão, mester ou officio exercidos pelos interessados antes do assentamento de praça e depois de julgados incapazes, e bem assim as circunstâncias ou condições em que têm vivido depois de deixarem o serviço militar activo;

f) Quaisquer outros documentos autênticos que o interessado queira juntar para justificar o direito à assistência ou às preferências de que trata o artigo 13.º deste regulamento;

g) Informação da Secção Técnica da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos, a qual discriminará sempre:

1.º Se o interessado tem ou não direito à assistência;

2.º Se a assistência deve ser-lhe prestada em sanatório ou hospital especial, ou sob a forma de pensão, que poderá indicar entre um máximo e um mínimo, ou emfim quaisquer outros socorros materiais ou clínicos;

3.º Se a assistência deve ser definitiva, temporária ou variável. Neste último caso, se a modificação pode ser indicada pela Secção Técnica, será logo fixado o prazo e condições. Caso dependam de circunstâncias occorrentes serão os precisos esclarecimentos obtidos oportunamente, tais como: os que respeitam à cura ou agravamento prováveis; os devidos à melhoria de condições materiais ou económicas do interessado; à passagem de uma a outra forma de assistência, etc.

Art. 24.º Obtido o despacho ministerial ser-lhe há dado immediato cumprimento e comunicado ao interessado, pela Secção Administrativa.

Art. 25.º As juntas médico-militares enviarão à Secção Técnica da Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos os mapas, com os precisos esclarecimentos, de todos os individuos que lhes forem presentes para efeitos militares, quando tenham sido julgados incapazes do serviço militar por tuberculose. Igual destino terão os requerimentos pedindo assistência, feitos pelos interessados.

Art. 26.º Recebidos tais documentos, serão estudados pela Secção Técnica, separando-os em dois grupos, ficando no primeiro os que se supõe terem direito à assistência efectiva; no segundo grupo ficarão os restantes, que serão recomendados à assistência pública, official ou particular.

Art. 27.º Os militares que forem julgados com direito à assistência efectiva, bem como os que a requererem, serão mandados apresentar à junta especial a que se refere o artigo 11.º, que funcionará na localidade mais próxima da residência do interessado, a qual preencherá o mapa ou relatório respectivo. Ao mesmo tempo serão pedidos às autoridades militares ou civis os documentos e informações que se tornem precisos para a organização do processo, que, depois de concluso e informado pela Secção Técnica, será apresentado a despacho.

Art. 28.º A Secção Técnica organizará e terá sempre em dia um cadernão de alterações, onde serão inscritos todos os militares a quem estiver sendo concedida assistência efectiva, sob qualquer forma, sendo averbadas as alterações occorrentes logo que sejam comunicadas. Além disso serão organizados os cadernos auxiliares ou índices que se tornem necessários para conhecer a situação de todos os incapazes do serviço militar por tuberculose, o destino que tiveram e as resoluções tomadas a seu respeito pela Comissão de Assistência aos Militares Tuberculosos.

Paços do Governo da República, 26 de Junho de 1920.—
O Ministro da Guerra, João Estêvão Aguas.